

EXPRESSÕES DE CONDICIONALIDADE EM JAPONÊS: A ANÁLISE CONTRASTIVA DE GRAMÁTICA NO ENSINO FORMAL DE LE

EXPRESSIONS OF CONDITIONALITY IN JAPANESE: THE GRAMMAR CONTRASTIVE ANALYSIS IN FORMAL TEACHING OF FL

Renan Kenji Sales Hayashi*

RESUMO: o presente artigo discute uma proposta de reflexão sobre a validade da análise contrastiva de ensino de gramática para aprendizes brasileiros de japonês como língua estrangeira. Considerando a distância entre as línguas, muitos aprendizes apresentam expressiva dificuldade em assimilar certas estruturas gramaticais, especialmente as formulações que sejam condicionais. Para tanto, aventamos a hipótese de que um ensino gramatical contrastivo poderia não só aumentar a consciência gramatical dos alunos em japonês, como também beneficiar o conhecimento sobre a língua materna. Empreendemos um percurso que parte das concepções de condicionais em português e japonês, para, em seguida, discutir a possibilidade de contraste entre as línguas. Informamos que este estudo está em fase preliminar, sendo este manuscrito um exercício de reflexão teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Japonesa; Gramática; Análise Contrastiva.

ABSTRACT: This article discusses a proposal for reflection on the validity of the contrastive analysis of grammar teaching for brazilian learners of japanese as a foreign language. Considering the distance between languages, many learners have significant difficulty in assimilating certain grammatical structures, especially formulations that are conditional. Therefore, we hypothesize that contrastive grammar teaching could not only increase students' grammatical awareness in japanese, but also benefit their knowledge of their mother tongue. We undertake a journey that starts from the conceptions of conditionals in portuguese and japanese, to then discusses the possibility of contrast between languages. We inform you that this study is in the preliminary phase, and this manuscript is an exercise in theoretical reflection.

KEYWORDS: Japanese language; Grammar; Contrastive Analysis.

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Linguística Aplicada (UNICAMP). Mestre em Linguística Aplicada (UnB). E-mail: renanhayashi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Qual o espaço da gramática formal no ensino de língua estrangeira? E se essa língua estrangeira for bastante diferente da língua materna dos aprendizes, o que fazer? Será preciso dar mais destaque ao uso e à fluência – sem tanta precisão sintagmática – ou aumentar a consciência linguística dos aprendizes por meio da explicitação do comportamento gramatical? Essas – e outras tantas questões – emergem na lida diária do professor de japonês como língua estrangeira (doravante LE) no Brasil. Pode-se dizer, sem exageros, que esses tipos de questões são compartilhados também por outros professores de LE. O papel da gramática no desenho do currículo de aprendizagem é inegável e sempre teve um papel preponderante. Entretanto, a depender do cenário linguístico, a gramática pode assumir maior ou menor destaque, seja por interesse dos próprios aprendizes, seja pelas concepções dos professores e da instituição de ensino.

À vista disso, se localizarmos essa discussão gramatical em um cenário de línguas muito próximas, por exemplo, português do Brasil e o espanhol latino-americano, as preocupações dos professores podem apontar para o aspecto de análise contrastiva entre os idiomas, precisamente para evitar concepções equívocas de uso e competência, assim como trabalhar com dimensões da interlíngua apresentadas pelos aprendizes, como assevera Lászar Alárcon (2014) em seu estudo de caso. Contudo, essa mesma proposta de análise contrastiva pode ser conduzida em cenários em que a língua ensinada como LE é bastante distante da língua materna dos aprendizes, como a língua japonesa para os brasileiros, caso ora analisado no presente artigo.

Por meio desta proposta, busca-se problematizar de que maneira o estudo contrastivo pode ou não beneficiar o processo de ensino-aprendizagem, tendo a gramática formal como um grande fio condutor dessa prática. Dito de outro modo, neste manuscrito aventamos a hipótese de que a explicitação de certos aspectos gramaticais – no processo de aprendizagem de japonês como LE – pode ser benéfica, na medida em que possibilita uma proposta de franco contraste de uso entre a língua-alvo e a língua materna, mantendo a produção em LE sob um uso monitorado.

Uma das grandes motivações deste estudo parte da própria experiência de sala de aula, em que vários professores de japonês se queixam da dificuldade de alguns aprendizes em assimilar certos aspectos singulares da língua japonesa. Não obstante os três sistemas de escritas – *hiragana*, *katakana* e *kanji* – ocorrendo simultaneamente no mesmo texto, o japonês tem estrutura de uma língua aglutinante, que se forma a partir dos elementos que são arrolados no início da oração – sejam eles complementos nominais ou adverbiais – os quais são concatenados pelo predicado verbal, que aparece ao final da oração (SUZUKI *et al*, 2012).

Com efeito, para muitos aprendizes brasileiros, o contato com o japonês demanda não somente o esforço para assimilação de um novo idioma, mas uma necessidade de reconfiguração da própria noção de estrutura oracional, que se baseia, sobremaneira, nos conhecimentos

que eles trazem do português do Brasil. Bem por isso, algumas estruturas gramaticais do japonês ficam em um estado de deriva para muitos aprendizes, precisamente porque requerem uma nova forma de ver a gramática e a estrutura linguística da língua-alvo, que pode advir de um estudo contrastivo orientado. Desse estado de deriva, trazemos à baila os recursos em japonês que expressam condicionalidade, ou ainda, *jôken hyôgen* (条件表現).

Não raro, vemos professores se queixando da dificuldade que os brasileiros têm, não só em posicionar de maneira adequada o recurso linguístico que expressa condicionalidade na composição oracional em japonês, como também se desvencilhar da ideia de que uma proposição condicional deva vir necessariamente pelo uso de uma conjunção subordinativa condicional (*se, caso, contanto que, sem que*, entre outras), ou de uma estrutura de um adjunto adverbial de condição (*sem tal coisa, apenas se* etc.).

Nesse sentido, para acessar essa forma de expressar condição – muito comum na conversação diária de qualquer língua moderna, não sendo diferente em japonês – aos aprendizes brasileiros é imperativo que entendam não só uma nova forma de sintaxe, como também, de posse dessa sintaxe, mobilizem adequadamente unidades gramaticais que expressem circunstâncias de condição.

À vista disso, considerando o cenário de dificuldades dos aprendizes, bem como o conjunto de queixas dos professores de japonês como LE, o presente artigo objetiva lançar luz sobre uma discussão de cunho mais teórico-conceitual sobre um aspecto do processo de ensino-aprendizagem da língua japonesa, focalizando, a partir do estudo de uma análise contrastiva entre o português e o japonês, uma possibilidade de problematizar essa dificuldade inerente da língua japonesa e abrir espaço para outras discussões que possam deste recorte advir. Ressalta-se, por oportuno, que esse tipo de proposta de investigação – bastante comum em outras línguas – ainda apresenta um vulto tímido no viés específico da língua japonesa, sobretudo, ensinada e aprendida no Brasil

De tal forma, para incentivar uma agenda de pesquisa na área de japonês como LE, partimos dos pressupostos pavimentados da Linguística Aplicada no Brasil, sobremaneira, aquela que busca questionar e inquirir os processos relacionados às LE no Brasil, para conduzir o presente manuscrito e apresentar algumas reflexões sobre o tópico levantado.

Iniciamos o artigo por apresentação de um panorama geral sobre a estrutura de condicionalidade presente no português do Brasil contemporâneo, deixando vazar, primordialmente, o que asseveram os manuais e os compêndios gramaticais que versam sobre aquela língua. Em seguida, fizemos uma discussão sobre o que as gramáticas de língua japonesa instituem como mecanismos gramaticais de expressão condicional, *jôken hyôgen* (条件表現), debatendo, pois, as variedades existentes entre um mesmo assunto.

Destaca-se, por oportuno, que nosso intento não foi de esgotar o tópico e apresentar todas as definições presentes na contemporaneidade, uma vez que seria indubitavelmente

inexequível e pouco produtivo. Ainda assim, por procurar apresentar um estado-da-arte sobre o recurso gramatical em japonês, cremos na importância que essa discussão pode gerar junto à comunidade acadêmica, bem como – e esse é o mais importante – junto aos professores e aprendizes de japonês como LE no Brasil.

Finda a seção sobre *jôken hyôgen* (条件表現), passaremos para uma discussão mais focalizada no aspecto contrastivo entre português do Brasil e japonês, dando ênfase em proposições mais centradas no aproveitamento do contraste para a sala de aula. Como nos localizamos claramente no terreno da Linguística Aplicada, nosso foco é – sem dúvida – no processo de ensino-aprendizagem de LE.

Assim, apresentamos uma discussão pautada na qualidade de uma proposta que possa auxiliar os professores e aprendizes, ao tempo em que buscamos reduzir óbices e questões sensíveis que emergem naturalmente em uma sala de aula de japonês como LE. Após esse percurso supracitado, encaminhamos a discussão para um porto de ancoragem, alinhavando os elementos trazidos e abrindo espaço para pesquisas futuras.

Sem intenção de encerrar a discussão, propomos formas de entender questões de aprendizagem e orientá-las a partir de um estudo mais formal e centrado no potencial que a própria sala de aula tem para lidar com tais questões. Com efeito, a seguir, apresentamos nosso gesto de leitura para o que dizem os gramáticos sobre a estrutura condicional no português do Brasil.

ESTRUTURA CONDICIONAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Longe de ser apenas uma estrutura que se articule em torno do vocábulo “se”, a expressão condicional no português do Brasil apresenta um conjunto bastante significativo de recursos para denotar ações ou ideias em que os elementos nucleares dos tópicos oracionais estejam em relação de dependência sintático-semântica. Segundo Garcia (2010, p. 70), a formação da estrutura condicional é conduzida a partir de um mecanismo de *correlação*, na qual uma construção sintática mantém duas partes relacionadas entre si, de tal modo que a enunciação *prótase* abra espaço semântico para a inserção da *apódose*. Dito de outra forma, por *prótase* entende-se a condicionante; e por *apódose*, a condicionada. Um dos exemplos mais canônicos desse tipo de relação *prótase-apódose* é “se não tiver dinheiro, não poderá ir”, em que a veiculação condicionante vem marcada por uma oração subordinada condicional, introduzida pela conjunção integrante *se*.

Contudo, é digno de nota que essa estrutura *prótase-apódose* – ou ainda *condicionante-condicionada* – pode veicular efeitos de sentido igualmente condicionais prescindindo do uso da conjunção subordinativa integrante “se”, ou algum adjunto adverbial correlato de mesmo campo semântico. Os ditos populares são exemplos férteis sobre esse tipo de articulação. Na construção “Deus ajuda quem cedo madruga”, a enunciação contida na primeira oração revela

um certo suspense para o que se ouve na oração seguinte. Só um desfecho à altura do que se enuncia na primeira oração pode manter esse tipo de dito popular realmente circulando entre diferentes contextos por tanto tempo.

Garcia (2010) assevera, ainda, que a eficácia dos provérbios se dá, em grande parte, por essa articulação muito fina entre condicionante-condicionada, como em “à noite, todos os gatos são pardos”. Revela-se, portanto, uma condição acentuada em que o requisito da segunda parte da oração só pode ser preenchido mediante a constatação do estatuto de verdadeiro da primeira. À vista disso, uma consideração básica a ser feita é que a ideia mais geral – e circulante no senso comum – sobre estrutura condicional utilizando somente adjuntos adverbiais condicionais ou conjunção subordinativa deve ser flexibilizada, uma vez que é possível pelo par *prótase-apódose* veicular uma condição semelhante às formações subordinadas condicionais clássicas. Bem por isso, é fértil o conjunto de exemplos que, se utilizando do par *prótase-apódose*, elencam características de condição sem o uso obrigatório de conjunções ou adjuntos adverbiais, tão comuns e presentes no repertório linguístico dos alunos falantes de português do Brasil. Garcia (2010), Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2017), cada qual à sua maneira, acentuam nos tempos verbais uma característica de forte inclinação condicional e que revela a independência da relação semântica condicional das conjunções ou termos acessórios na construção oracional. Garcia (2010) sentencia que a mobilização de um verbo no gerúndio pode, sobremaneira, denotar uma ação condicional hipotética no passado, como se vê no exemplo abaixo:

Ex1: Chegando cinco minutos mais cedo, pegava-o na cena do crime¹.

É digno de nota que a primeira oração, organizado ao redor do verbo “chegar” no gerúndio nada mais é do que uma oração subordinada adverbial condicional reduzida de gerúndio e que, portanto, poderia ser enunciada em sua forma desenvolvida, conforme se vê abaixo:

Ex2: Se chegasse cinco minutos mais cedo, pegava-o na cena do crime.

Contudo, a construção presente em EX1 é válida e, em realidade, bastante mobilizada no português contemporâneo, especialmente na modalidade falada. Bechara (2009) também destaca tempos verbais específicos mobilizados em asserções condicionais típicas, como o futuro do presente – *chegarei* – e futuro do pretérito – *chegaria* – acompanham comumente termos que assistem a construção sintática de condição. Todavia, semelhante a Garcia (2010), Bechara (2009, p. 237) sugere que o futuro do pretérito possa ser mobilizado denotando condição sem uso expresso de uma conjunção subordinativa integrante ou um adjunto adverbial de natureza condicional, como se vê no exemplo a seguir:

Ex3: A vida humana seria inoportável sem as ilusões e prestígios que a circundam.

¹ Os exemplos listados (EX1 ao EX7) são de autoria dos gramáticos mencionados nesta subseção.

Além disso, o gramático Bechara, (2009) ainda assevera que o uso do infinito junto à preposição “a” é um recurso pelo qual a semântica da condição se expressa com clareza, mas sem quaisquer inserções de advérbios ou os mais convencionados tempos verbais futuro do presente e futuro do pretérito. A seguir, vemos um exemplo dessa construção:

Ex4: A ser verdade o que dizes, prefiro não colaborar.

É bem verdade que esse tipo de enunciado tem um tom mais erudito sendo, portanto, menos frequente. Ainda assim, deve ser digno de nota ante ao fato de que, conforme aventa-se neste artigo, é preciso fazer os alunos de japonês entenderem que construções textuais de condições vão bem além da mera mobilização de estruturas iniciadas por “se”, ou por adjuntos adverbiais do mesmo campo lexical. A língua portuguesa disponibiliza diversas outras maneiras para expressar a semântica condicional. De posse desse tipo de conhecimento, a ideia por trás dos condicionais em japonês poderia ser melhor veiculada, especialmente aquelas cuja sintática condicional se organiza ao redor do predicado verbal com cópula de partículas conectivas, segundo o que asseveram Mukai e Suzuki (2016) e Suzuki (2018).

Dito de outra forma, a problematização dessas outras formas de construção condicional em português do Brasil poderia auxiliar inclusive no conhecimento de gramática que os alunos podem aprender sobre a língua materna. Conforme pontua Bechara (2009), as orações condicionais não exprimem apenas condição, mas trazem à baila ideias sobre hipótese, eventualidade, concessão, temporalidade, sem, contudo, estar explícito o mapeamento dessas ocorrências. Uma mesma estrutura, como se sabe, pode apontar para diferentes efeitos de sentido, como se vê no exemplo abaixo:

Ex5: Não lê que não cometa vários enganos.

Segundo o próprio Bechara (2009), o uso do “que não” aponta para sentidos simultâneos de “condição” e “temporalidade”. Nesse sentido, pontuamos que a análise contrastiva entre português e japonês, no que tange à expressão de condicionalidade poderia beneficiar, sobremaneira, a assimilação de ambas as estruturas, com ênfase mais acentuada na língua japonesa. Aqui é preciso uma ressalva no que diz respeito ao uso simultâneo de japonês e português em alguns livros didáticos e manuais de ensino. Apresentar a estrutura em japonês seguido de sua tradução – ou equivalente para o – no português não é uma proposta contrastiva, em nossa leitura. O recurso tradutório, como se verá adiante, não é centrado em contraste, mas em “transposição” de sentidos, em que um enunciado em japonês “pode ser entendido” como mobilizando determinados sentidos em outra língua. Ao nosso ver, o elemento de contraste vem, precisamente, pela explicitação de mecanismos sintático-semânticos que colocam em rota diferenças e similitudes entre as línguas quando estão em situações de enunciação correlatas, como é o caso da estrutura condicional.

De posse de tal conhecimento, acreditamos haver um benefício de duplo caso: tanto um aumento de conhecimento sobre a língua materna dos aprendizes, em nosso caso o português

do Brasil, quanto o uso mais monitorado da formação oracional em japonês, observando singularidades inerentes do idioma. Por fim, para encaminhar essa discussão sobre a construção condicional no português do Brasil, vemos com Cunha e Cintra (2017) que há, pelo menos, mais um modo de expressar condicionalidade sem o uso direto de adjuntos ou conjunções. Este caso, mais particular, refere-se ao uso do verbo principal no modo “imperativo”, acompanhado de uma asserção no futuro, conforme se vê nos exemplos abaixo:

Ex6: Leia este livro, e conhecerá o Brasil.

Ex7: Suprima a vírgula, e o sentido ficará mais claro.

Como pode ser visto, no repertório do falante de português, há um conjunto de possibilidades relativamente extenso para explicitar e elaborar ideias cujos núcleos semânticos sejam condicionais. Como se verá na seção seguinte, em japonês, essa mesma pluralidade é identificada, a partir, claro, de outros constituintes sintáticos e semânticos. Contudo, pela nossa experiência, alunos que tenham um repertório mais amplo de formulação de estrutura oracional de diversas modalidades e aspectos tendem a se beneficiar mais do contato com a língua japonesa, precisamente por compreenderem que há, na maior parte das circunstâncias, possibilidades de enunciar e veicular sentidos próximos de formas variadas.

Sendo a análise contrastiva um recurso didático ao alcance dos professores de japonês, o processo de ensino do *jôken hyôgen* (条件表現) poderia ser viabilizado como um mecanismo de aumento de consciência e percepção gramaticais, ao tempo em que elastece o repertório de uso em ambas as línguas. Na seção seguinte, fizemos um estudo sobre as concepções e possibilidades de construção condicional em japonês seguindo uma proposta semelhante à apresentada nesta seção. De posse desse conhecimento, fomos pontuando características que julgamos extremamente pertinentes na lida diária da interlíngua dos aprendizes de japonês, bem como dos obstáculos mais frequentes enfrentados por eles no ensino-aprendizagem de japonês como LE.

ESTRUTURA CONDICIONAL EM JAPONÊS

Conforme assevera Suzuki *et al* (2012, p. 13), o “[...] japonês é uma língua predominantemente aglutinante e flexional que se caracteriza por ter sintagmas, organizados em estrutura SOV [sujeito-objeto-verbo], marcados por morfemas específicos”. De tal forma, os alunos brasileiros ao aprenderem o japonês precisam, logo de início, entender que o predicado verbal – ou a predicado de qualidade – vem ao final da oração.

Diferentemente do português que se organiza nas estruturas mais comuns de Sujeito-Verbo-Objeto (SVO) ou Sujeito-Verbo-de-Ligação-Predicativo-do-Sujeito (SVP), o japonês possui a singularidade de trazer o núcleo do predicado ao final, podendo este predicado ser de três tipos: “a) nominal (*mêshibun* - 名詞文); b) adjetival (*kêyôshibun* - 形容詞文);

c) verbal (*dôshibun* - 動詞文)” (SUZUKI, 2018, p. 25). Dessa forma, ainda segundo a autora, o predicado sempre estaria posicionado ao final da oração, podendo ser encontrado em tipos fixos de flexão, que incorrem em estruturas que denotam modelos semânticos específicos, a saber: 1) oração declarativa; 2) oração interrogativa; 3) oração dubitativa; 4) oração volitiva; e 5) oração imperativa.

Mukai e Suzuki (2016), por seu turno, asseveram que na língua japonesa há uma classe de palavras que têm por função precípua formar um predicado em japonês. Esta classe tem uma característica de comportar em si conteúdo relacionado à sintaxe do período, bem como o sentido por ela atribuído. Com efeito, essa classe de palavras é chamada de *palavras semântico-gramaticais* e se apresentam em dois tipos: as semântico-gramaticais invariáveis e as semântico-gramaticais variáveis. Enquanto a primeira é representada predominantemente por advérbios (*fukushi* – 副詞); a segunda é descrita a partir dos predicadores, uma vez que dão sustentação para os predicativos e compreendem os verbos (*dôshi* - 動詞) e os predicadores de qualidade² (*keiyôshi* - 形容詞).

Ainda segundo Mukai e Suzuki (2016), a flexão dos verbos, diferentemente do português do Brasil, não ocorre em função de categorias gramaticais de tempo, modo, pessoa e número. O que ocorre em japonês é mais centrado na função sintática do verbo na oração, assim como a demanda específica da regência de um sintagma que possa suceder a posição do verbo. Prova disso é que, devido ao caráter aglutinante da língua japonesa, os verbos flexionados vêm frequentemente acompanhados de um auxiliar verbal, como veremos mais adiante nesta seção. Com efeito, tanto 動詞, quanto 形容詞 podem ser flexionados em até seis formas regulares.

E uma dessas seis formas dá origem à construção condicional (*kateikei* – 仮定形) em japonês. Contudo, antes de passarmos à apresentação das formas condicionais em japonês, é preciso fazer uma ressalva importante aqui. Na língua japonesa, é preciso distinguir dois tipos de condicionais: condições *possíveis* – no plano material dos fatos – e condições *impossíveis* ou *suposições irrealis*. No primeiro caso, *condições possíveis*, é indicado mobilizar um conjunto de partículas conectivas que expressam precisamente essa possibilidade de ocorrência, sobretudo, uma ocorrência no tempo futuro.

² Mukai e Suzuki (2016) nomeiam os chamados “adjetivos” como predicadores de qualidade. Constitui terreno de embate terminológico a classificação da categoria de “adjetivos” na língua japonesa. Em linhas gerais, considerando a posição sintática ocupada pelos chamados “adjetivos”, de fato, estes compartilham o mesmo *locus* sintagmático dos “verbos” em japonês. Além disso, alguns predicadores de qualidade se flexionam da mesma forma que o grupo dos constituintes de predicadores verbais (em aspecto, por exemplo). De tal forma, há um grupo expressivo de intelectuais que rompem com a ideia de “adjetivos” em japonês, classificando-os como predicadores. Contudo, na tentativa de aproximar – ou facilitar – as concepções de classes gramaticais presentes em línguas estrangeiras, muitos manuais e gramáticas insistem e, declaradamente, classificam tais predicadores como *adjetivos*. O presente estudo opta pela classificação muito minuciosa de Mukai e Suzuki (2016), asseverando que as ocorrências de *predicadores de qualidade* neste texto fazem referência a este grupo de palavras que guardam semelhanças com os predicadores verbais. Portanto, nos alinhamos teoricamente aos dispostos pelos pesquisadores Mukai e Suzuki (2016) no campo da nomenclatura da gramática da língua japonesa.

Tais partículas são *to* (と), *nara* (なら), *tara* (たら) e *ba* (ば). Já *suposições irrealis* vêm acompanhadas das mesmas *nara* (なら), *tara* (たら), *ba* (ば), bem como *naraba* (ならば), *taraba* (たらば) e *deareba* (であれば), seguido do verbo em uma flexão de passado dubitativo.

Pela experiência, esse é um ponto que deixa os alunos de japonês um tanto confusos, na medida em que algumas informações que poderiam – a princípio ajudar na diferenciação – acabam por tornar o processo de assimilação mais complexo. Com efeito, neste momento julgamos importante tentar buscar um nível de consciência gramatical – ao menos no nível morfosintático – para que os alunos, de posse dessas informações, possam mobilizar os constituintes gramaticais de maneira mais consciente e menos pautada em tentativas fortuitas de acerto e adequação. Um dos caminhos para esse aumento de consciência gramatical pode advir não só da análise mais detida dos exemplos em japonês de cada uma das suposições, mas também daquilo que apontamos na seção 02 deste artigo, sobre *prótase-apodose* (GARCIA, 2010), pois em uma grande parte das construções condicionais em japonês esse princípio pode ajudar significativamente. Vejamos o que apontam os autores de gramáticas de japonês sobre o uso dessas partículas para expressão de condicionais em japonês³:

1) Suzuki (2018) – *condições possíveis de ocorrência*

A) Partícula と – “A partícula conectiva と indica o caráter repetitivo e automático da ação. Quando a condição for satisfeita, a segunda oração torna-se realidade, independente da vontade do falante. É anexada ao verbo na forma do presente, afirmativo ou negativo” (p. 197);

Ex8: このボタンをおすとドアが開きます⁴.

Se apertar esse botão, a porta se abre.

B) Partícula たら – “A realização da condição depende única e exclusivamente do fator ‘tempo’, pois ‘no momento em que’ ou ‘quando’ ela ocorrer, será também realizada a oração principal, que é o foco da fala. Por ser altamente possível, é a preferida dos otimistas” (p. 198).

Ex9: 大学にいけなくなったら知らせます。

Em não podendo ir à faculdade, eu avisarei.

C) Partícula なら – “A condicional なら cria uma relação de causa e efeito entre as duas orações” (p. 199).

Ex10: きれいなら買います。

Sendo bonito, eu compro.

³ A seguir, apresentaremos os exemplos em japonês com uma sugestão de tradução para o português do Brasil. Conforme apontamos, as traduções Japonês>Português não constituem, em si, o objeto contrastivo. É, pois, a análise que conduz o processo de ensino-aprendizagem que pode assegurar um fio condutor mais ou menos contrastivo. Contudo, para facilitar a leitura de professores, pesquisadores e entusiastas do assunto, propomos a tradução dos excertos como forma de acesso ao conteúdo semântico dos exemplos.

⁴ Exemplos listados nesta subseção são de autoria de Suzuki (2018) e Makino e Tsutsui (2010) com tradução nossa.

D) Partícula ば – “Indica pura suposição. É apenas uma possibilidade em que, se e por acaso a condição for concretizada, a oração principal será realizada. É a condicional mais utilizada na escrita e a única que possui a flexão específica” (p. 200).

Ex11: ひまがあれば旅行したいです。

Caso estivesse de folga, queria viajar.

2) Makino e Tsutui (2010) – *condições possíveis de ocorrência*

A) Partícula と – “Conjunção subordinativa que marca uma condição que ocasiona um evento ou estado incontrollável” (p. 480);

Ex12: 東京に行くとおもしろい店がたくさんあります。

Se for a Tóquio, há muitas lojas interessantes.

B) Partícula たら – “Uma conjunção subordinativa que indica que a ação/estado expresso pela oração principal ocorre depois da ação/estado expresso pela oração subordinada” (p. 452);

Ex13: 山田さんが来たら私は帰ります。

O Sr. Yamada chegando, eu vou para casa.

C) Partícula なら – “Uma conjunção que indica que a sentença anterior é a suposição do falante sobre a verdade de um fato presente ou passado, ou ainda a realização de algo no futuro” (p. 281);

Ex14: 松田が来るなら僕は行きません。

Caso o Matsuda compareça, eu não vou.

D) Partícula ば – “Conjunção que indica que a sentença anterior expressa uma condição” (p. 81).

Ex15: この薬を飲めばよくなります。

Tomando este remédio, você se recupera.

O que se observa desses exemplos é que a relação existente entre a *prótase-apodose* é mediada pelo uso das partículas que determinam a dinâmica de condição, semelhante ao que os falantes de português do Brasil estão acostumados ou têm certa familiaridade. Até aqui, os exemplos e explicações incidem sobre condições possíveis de ocorrência, como asseveram Suzuki (2018) e Makino e Tsutsui (2010).

Contudo, as noções ora mobilizadas não devem ser lidas somente a partir das possibilidades de efeitos de tradução para o português do Brasil. Deve-se, ao contrário, a partir desses exemplos simples em japonês buscar explicitar por que um determinado enunciado comporta um efeito de sentido com o uso de uma conjunção subordinativa integrante relativa ao português – como nos exemplos EX8 e EX 12 – ao passo que, em outros, a ideia de uma

condição feita em português com o auxílio de uma oração subordinada reduzida de gerúndio pode se mostrar mais interessante. A proposta contrastiva, a partir dos exemplos acima, ajuda a explicitar detalhes importantes do ponto de vista da sintaxe e que difere, sobremaneira, do português do japonês.

Para uso dos condicionais, pelo menos no que diz respeito aos exemplos acima, foi preciso mobilizar, em todos os casos, predicadores (*de qualidade* - 形容詞 ou *verbais* 動詞) na primeira oração e flexioná-los segundo a regência da partícula condicional. Destaca-se que, em português do Brasil, é possível haver uma estrutura relativamente parecida.

Por exemplo, uma estrutura condicional sem o uso de um predicador na primeira posição, como em “Sem autorização, não entra”, que faz uso de um adjunto adverbial sem função predicadora. Com efeito, por uma análise contrastiva bem conduzida, os aprendizes de japonês poderiam compreender de que maneira certas construções em japonês podem ser feitas seguindo um raciocínio relativamente já conhecido.

Portanto, a despeito do largo estranhamento que muitos têm em mobilizar “partículas” junto aos predicadores para construir condicionais, a formulação sintático-semântica tem um raciocínio que pode ser reconhecido se contrastado com a língua-materna dos aprendizes.

Além disso, sendo construções muito frequentes em japonês, há uma necessidade premente de entender em que situações uma partícula deve ser incentivada ao uso em detrimento de outras. Por exemplo, no caso da opção “d” explicitada por Suzuki (2018), o uso da partícula ば é amplamente recomendado em textos escritos. Conforme vimos na subseção 02 deste artigo, também no português, há registro condicionais mais indicados ao registro escrito, alguns, inclusive, mais literários e eruditos. Mais uma vez, a análise contrastiva das línguas poderia auxiliar os aprendizes a compreender a profunda diferença entre as proposições sintáticas das línguas, mas aproximando o que existe de convenção de uso e recepção.

Dito de outro modo, é precisamente no contato com esse tipo de conhecimento morfossintático, de contraste entre os constituintes de uma oração do tipo condicional, que os alunos podem aumentar a consciência a respeito das maneiras diversas que a estrutura oracional pode vir. Não sendo só benéfico para a língua materna dos aprendizes, o conhecimento sintático de ambas as línguas pode sedimentar um tipo de uso mais monitorado e que esteja atento as nuances muito presentes da língua japonesa no momento de escolhas das palavras semântico-gramaticais (MUKAI; SUZUKI, 2016).

Se prosseguirmos o estudo, adentrando no segundo uso dos condicionais em japonês – *suposições irrealis* – a condição impossível de ser realizada deixa ainda mais evidente os mecanismos de contraste entre o português e o japonês. Em primeiro lugar, conforme destaca Suzuki (2018, p. 201), “as suposições deste tipo estão sempre em um passado imutável, portanto, apenas hipotético”. O uso das partículas *nara* (なら), *tara* (たら), *ba* (ば), *naraba* (ならば), *taraba*

(たらば), *deareba* (であれば), é feito em favor de uma conjectura da ordem do impossível e que se expressa como uma forma relacionar o que jamais se atinge, sendo apenas imaginado.

É bem verdade que no português do Brasil, conforme nos lembra Cunha e Cintra (2017), o modo subjuntivo se encarrega de uma função parecida. É justamente nesse ponto que o contraste de línguas poderia ser determinante. Em português, é preciso mobilizar um “modo” para conjecturar situações em que a vontade do falante não pode ser satisfeita, conquanto expressa. Em japonês, contudo, as mesmas usadas em situações possíveis – e passíveis – de ocorrência podem ser mobilizadas para expressar impossibilidade, estando na flexão prediativa a incumbência de manifestação de diferença. Um exemplo deste modo segue abaixo:

Ex16: 男だったら、パイロットになったでしょう。

Caso eu fosse homem, certamente teria me tornado piloto.

Como exposto em EX16, a partícula *たら* é mobilizada com vistas a enaltecer uma situação hipotética impossível pela ótica do falante, conjecturando uma situação irreal. Para os aprendizes brasileiros, acostumados com construções em que o “modo do verbo” ou “uma conjunção subordinativa” expresse a hipótese irrealizável, o confronto com esses exemplos se configura como uma boa oportunidade para introduzir no estudo uma perspectiva que assevere a distinção entre japonês e português precisamente porque o que impõe o caráter irrealizável é o aspecto do predicado verbal ao final da oração, o qual retoma o sintagma inicial e lhe confere carga semântica diferenciada. Dito de outro modo, é exatamente porque o contraste entre as línguas é bastante evidente que os aprendizes podem refletir sobre a proposição muito singular que se organiza em torno das construções condicionais de cada uma das línguas. E constatando essa diferença, abre-se espaço para sistematizações e usos monitorados mais consistentes.

Em EX 17, EX 18 e EX19, essas possibilidades de contraste irrealis podem ser levadas a cabo porque introduzem, em japonês, uma dimensão que pode ser problematizada também em português, uma vez que é estudada por muitos gramáticos do português do Brasil como “condicionais contrafactuais” (NEVES, 1999). Vejamos:

Ex17: もっと安ければ 買いました。

Caso fosse mais barato, eu teria comprado.

Ex18: 雨が降ったのなら、試合はなかったはずです。

Se choveu mesmo, não deveria ter havido o jogo.

Ex19: 私は鳥であればいいのだがなあ。

Seria muito bom se eu fosse um pássaro!

Como se vê, nessas construções hipotéticas irrealis, o que se mobiliza são as mesmas partículas dos casos reais e possíveis de acontecer. Contudo, o predador verbal ou a porção

final das orações confere aspectos singulares a cada um dos períodos. Seguindo por uma linha de análise contrastiva, os aprendizes poderiam pensar como, no plano do português do Brasil, essas construções encontram seus correspondentes em língua materna.

Sobretudo, porque essa ideia de *irreal* – como se vê em japonês – se mostra de maneira diferente no português, conforme assevera Neves (1999). Segundo a autora, construções com ideias hipotéticas são nomeadas em gramática como “condicionais contrafactuais”, pois comunicam uma “falsidade segura”, ao expressarem uma asserção não-realizável para um determinado estado de coisas e, deste ponto em diante, consideram outro estado de coisa igualmente não-realizável.

Portanto, ao ingressar nesta seara, fica evidente como invariavelmente adentraríamos nas discussões sobre as modalidades epistêmica – relativa à verdade, à probabilidade, à certeza, à crença – e deôntica – incidente sobre o desejo, preferência, intenção, obrigação –, conforme pontua Givón (2005). Com efeito, o trabalho apropriado com os enunciados em japonês poderia suscitar campo de discussão não somente sobre aspectos morfossintáticos das duas línguas envolvidas, como, mais proeminente, fôlego para discussões no campo da semântica e dos efeitos de sentido possíveis e rastreáveis no fio do discurso dos falantes de língua japonesa e dos contextos analisados. Portanto, em nossa leitura, a análise contrastiva de construções condicionais em japonês e português poderia constituir um fértil terreno para discussões entre aprendizes e professores sobre os modos muito singulares de organização dos constituintes morfossintáticos e semânticos de cada uma das línguas.

Observando estes últimos exemplos, vê-se que o trabalho com exemplos em modalidades de “condicionais contrafactuais”, em português do Brasil abre espaço para contraste com as asserções feitas em japonês no plano das *suposições irrealis*. Por mais que as partículas em japonês sejam as mesmas usadas em *suposições realis*, as organizações predicativas e, sobretudo, os efeitos de sentido advindos das articulações semânticas dão um fôlego renovado à proposta de discussão que visa destacar a salientar diferenças existentes entre japonês e português, no que tange às condicionais. Não somente. Ao propor esse tipo de reflexão, convoca-se juntamente um tipo de análise mais robusta que questiona, inclusive, tratamentos diferentes que mobilizamos com os graus de relacionamento com a verdade e com as *suposições*, como sugere o trabalho com as modalidades epistêmica e deôntica.

À vista disso, o que buscamos propor até aqui foi, por meio de exemplos simples, destacar que uma incursão mais detida em construções condicionais em japonês, quando contrastadas adequadamente com o português do Brasil, podem suscitar um terreno fértil e profícuo para discussão e aprendizagem dos alunos. Muitas vezes, como se observa em sala de aula, o trabalho principal é o de introduzir as partículas usadas em japonês e destacar quais são as modificações que os predicativos devem sofrer para comportar tais partículas.

Entretanto, os alunos persistem com dúvidas e inseguranças de uso precisamente porque, ao nosso ver, os mecanismos de contraste não foram feitos adequadamente. Se a ideia

de condição universal é “se x, logo y”, vemos que as nuances existentes na língua japonesa são muitas e plurais, tanto quanto em português. Se, no lugar de propor apenas mudanças de partícula e flexão, o trabalho fosse na direção de erguer uma discussão mais robusta e qualificada, explorando efeitos de sentido quanto à possibilidade ou não de ocorrência, conjectura, relação com a verdade, sistema de crenças, mecanismos de modalização, intenção, descrição de obrigação e volição, pensamos que o processo de ensino-aprendizagem desta veia gramatical seria muito mais interessante.

Com efeito, os óbices que frequentemente enfrentamos em sala de aula poderiam ser mitigados ou diminuídos, pois as fronteiras de construção de sentido seriam explicitadas e negociadas, mais do que impostas. Pelo menos esse é o nosso desejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar um exercício de reflexão sobre a possibilidade de lançar mão da análise contrastiva de estruturas gramaticais em sala de aula para aumentar a consciência gramatical de aprendizes de japonês como LE. Como trata-se de um percurso de pesquisa em fase inicial, apresentamos nas linhas acima um trajeto que buscou salientar a validade de estudo comparativo de duas gramáticas, tendo a temática do condicional como o grande fio condutor. Pela exposição das diferentes naturezas condicionais, pudemos ver que o português do Brasil apresenta diferentes formas de construir a condição.

Já em japonês um padrão plural é seguido, mas expressando conteúdos semânticos bem distintos. Bem por isso, a validade de um estudo como esse se mostra a partir do mosaico de diferenças que há entre duas línguas diferentes e singulares e que podem servir de suporte uma à outra precisamente nas diferenças que elas apresentam. E na medida em que estamos sempre buscando alternativas para melhoria de nossa sala de aula, este estudo teve por objetivo destacar e contribuir com esse recorte. Como pode ser visto, não buscamos jamais pacificar as diferenças existentes entre as línguas. Pelo contrário, nossa defesa pelo estudo contrastivo envereda pela constante interação das formas diferentes de construir condições. Se, por um lado, em português do Brasil temos inúmeras formas de expressar condição – adjuntos adverbiais, conjunções subordinativas, orações subordinadas reduzidas, verbos em diferentes conjugações –, por outro, em japonês, pode-se dizer que há um recurso mais recorrente e discernível para expressar hipóteses e possibilidades – as partículas. Tendo essa pluralidade como pano de fundo, os aprendizes brasileiros podem compreender essas infinitas nuances presentes no português a partir de um conjunto relativamente estável de constituintes gramaticais em japonês. E não somente.

A partir das observações morfossintáticas, os aprendizes podem adentrar em nuances muito sutis e bem autóctones da cultura japonesa expressas e materializadas pela língua em suas veredas semânticas. À vista disso, buscamos evidenciar como questões muito recorrentes

em sala de aula, na lida diária do professor de japonês no Brasil, podem ser problematizadas e colocadas em discussão a partir do questionamento do estatuto da gramática no processo de ensino-aprendizagem.

Que a gramática será usada, isso nós temos convicção. Nosso grande apontamento é em que momento e de que forma. Nossa via é pela análise contrastiva. E estivemos até aqui advogando pelos caminhos nos quais as veredas de sentido são convocadas junto às formas de construir os itinerários. Caminhemos.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. São Paulo: FGV Editora, 2015.
- GIVÓN, T. **Context as other minds**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- LÁSCARALARCÓN, Y. G. **Níveis de interlíngua na escrita de estudantes de um Curso de Letras/Espanhol: análise de erros e acertos**. 2014. xii, 172 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- MAKINO, S.; TSUTSUI, M. **A dictionary of basic Japanese**. 64. ed. Tóquio: The Japan Times, 2010.
- MAKINO, S.; TSUTSUI, M. **A dictionary of intermediate Japanese**. 64. ed. Tóquio: The Japan Times, 2010.
- MAKINO, S.; TSUTSUI, M. **A dictionary of advanced Japanese**. 64. ed. Tóquio: The Japan Times, 2010.
- MUKAI, Y.; YOSHIKAWA, Mayumi Edna Iko. Análise e crítica de dois materiais didáticos em língua japonesa. **Estudos Japoneses** (USP), v. 29, p. 157-178, 2009.
- MUKAI, Y. **Wa e ga: as partículas gramaticais da língua japonesa**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2014. v. 4. 143p.
- MUKAI, Y.; SEKINO, K. (Org.). **Tópicos gramaticais de língua japonesa: uso e contexto**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2013. v. 2. 221p.
- MUKAI, Y.; SUZUKI, T. (Org.). **Gramática da língua japonesa para falantes do português** (2a edição). Campinas-SP: Pontes, 2016. 247p.

NEVES, M. H. M. As construções condicionais. *In*: NEVES, M. H de M. (org.). **Gramática do português falado V**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Campinas: Ed. da Unicamp. 1999. p. 497-544.

SUZUKI, T. *et al.* **Teorias gramaticais da língua japonesa**. São Paulo: Humanitas, 2012.

SUZUKI, M. E. **Introdução à gramática da língua japonesa**. São Paulo: All Print Editora, 2018.

Recebido para publicação em: 24 jul. 2021.

Aceito para publicação em: 23 fev. 2022.